

SECRETARIA DA FAZENDA

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

INSTRUÇÃO NORMATIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 9, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no encerramento do exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e

considerando o disposto no art. 76 da Constituição Estadual, no art. 55, inciso III, alínea b, itens 1, 3 e 4 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e no Decreto Estadual nº 57.311, de 16 de novembro de 2023, resolve:

Art. 1º No encerramento do exercício financeiro de 2023, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública deverão observar os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 2º No exercício de 2023, serão inscritas na classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, grupo Execução de Restos a Pagar:

I - as despesas liquidadas; e

II - as despesas não liquidadas, até o limite do saldo de disponibilidade de caixa.

Art. 3º A disponibilidade de caixa, em cada Poder, Órgão ou Entidade, será calculada distinguindo-se os recursos livres e vinculados, correspondendo ao saldo das contas referidas no parágrafo único deste artigo, deduzido do saldo das contas do Passivo Circulante, cujo pagamento independa de autorização orçamentária, e do saldo de restos a pagar não processados registrados na classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, apurados previamente à realização dos registros de encerramento do exercício.

Parágrafo único. Na apuração da disponibilidade de caixa, serão computados o saldo dos seguintes conjuntos de contas do Ativo Circulante:

I - Caixa e Equivalentes de Caixa; e

II - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, do subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Art. 4º Serão cancelados os empenhos referentes às despesas não inscritas na classe e grupo referidos no art. 2º, por falta de disponibilidade de caixa, nos seguintes prazos:

I - empenhos com código de recurso orçamentário 0001 ao 0006, 0009 ao 0015, 0017 ao 0025, e 269, até o dia 12 de janeiro de 2024;

II - empenhos com código de recurso orçamentário de convênio que, na data do encerramento do exercício, ainda não tenham sido transferidos por parte do concedente, até o dia 9 de janeiro de 2024; e

III - empenhos com os demais códigos, até o dia 12 de janeiro de 2024.

§ 1º O procedimento previsto no "caput" deste artigo será efetuado:

I - pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), apenas nos Órgãos e Entidades integrantes do Poder Executivo, relativamente aos empenhos efetuados com recursos livres ou vinculados do Tesouro; e

II - pelas Autarquias e Fundações, relativamente aos empenhos efetuados com recursos da própria Entidade.

§ 2º A CAGE informará, em tempo hábil, os montantes da disponibilidade de caixa, para efeitos do disposto no "caput".

§ 3º O processamento da operação prevista neste artigo deverá ser identificado com o seguinte histórico: CANCELAMENTO DE EMPENHO CONFORME ART. 3º DO DECRETO 57.311, de 16-11-2023.

§ 4º As unidades de finanças dos Órgãos e Entidades deverão realizar o estorno, no Módulo Requisição do Sistema Finanças Públicas do Estado, das solicitações de compra vinculadas aos empenhos a serem cancelados.

Art. 5º As despesas de que trata o "caput" do art. 4º poderão ser reempenhadas à conta da Lei Orçamentária Anual de 2024, observada a liberação do respectivo crédito orçamentário.

Art. 6º Nos mesmos prazos referidos no art. 4º, a CAGE promoverá o cancelamento dos empenhos emitidos pelos demais Poderes e Órgãos autônomos, desde que assim determinado pelo Chefe do Poder ou Presidente do Órgão.

Parágrafo único. A determinação prevista no "caput" deverá constar em processo a ser encaminhado pelos Poderes e Órgãos às respectivas Seccionais da CAGE, até o dia 28 de dezembro de 2023.

Art. 7º Serão anuladas as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados cujos empenhos tenham sido emitidos até 31 de dezembro de 2022, por falta de disponibilidade de caixa, até o dia 5 de janeiro de 2024.

§ 1º O procedimento previsto no "caput" deste artigo será efetuado:

I - pela CAGE, apenas nos Órgãos e Entidades integrantes do Poder Executivo, relativamente aos empenhos efetuados com recursos livres ou vinculados do Tesouro; e

II - pelas Autarquias e Fundações, relativamente aos empenhos efetuados com recursos da própria Entidade.

§ 2º A anulação dos restos a pagar emitidos pelos demais Poderes e Órgãos autônomos será efetuada pela CAGE, desde que autorizada pelo ordenador da despesa, cujo despacho deverá constar em processo a ser encaminhado às respectivas Seccionais da CAGE, até o dia 28 de dezembro de 2023.

§ 3º O processamento da operação prevista neste artigo deverá ser identificado com o seguinte histórico: ANULAÇÃO DE EMPENHO CONFORME ART. 4º DO DECRETO 57.311, de 16-11-2023.

Art. 8º Serão anuladas, até dia 8 de janeiro de 2024, as despesas de órgãos extintos e que nessa data encontrem-se empenhadas a liquidar ou a pagar, inscritas ou não em Restos a Pagar.

Art. 9º As despesas referidas nos arts. 7º e 8º serão reempenhadas à conta do orçamento em que forem reconhecidas.

Art. 10 As transações de cancelamento e anulação previstas nos arts. 4º, 6º e 7º e 8º serão contabilizadas com data de 31 de dezembro de 2023.

Art. 11 Do ato do Secretário de Estado da Fazenda, previsto no art. 7º do Decreto nº 57.311, de 16 de novembro de 2023, deverá ser enviada cópia à CAGE com, no mínimo, dois dias úteis de antecedência em relação ao prazo estabelecido para a realização das operações de processamento de Anulação e Cancelamento de Empenhos previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Ferreira Kehrwald,
Contador e Auditor-Geral do Estado em exercício.

PRICILLA MARIA SANTANA
Av. Mauá, 1155
Porto Alegre
CARLOS GEMINIANO ROCHA RODRIGUES
Contador e Auditor-Geral do Estado
Av. Mauá, 1155
Porto Alegre
Fone: 5132145000

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 28 de Novembro de 2023

Protocolo: **2023000929877**

Publicado a partir da página: **70**



Nome do arquivo: Materia_0c4645bb-fb3c-4d8f-8bb6-539a6c9c84cc.pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: KAREN MARIA GROSS LOPES	11/12/2023 16:32:42 GMT-03:00	87124582000104 53361199034	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.